



FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PROGRAMA FORMARE (2019-2022)¹

Livia Silva Moreira²

Resumo

O resumo aqui apresentado é decorrente do meu trabalho monográfico elaborado para a conclusão do curso de graduação de pedagogia pela Universidade Federal Fluminense, entregue em julho de 2022. A pesquisa realizada foi acerca do Programa Formare, uma iniciativa educacional baseada no princípio de responsabilidade social, que propõe diminuir a desigualdade a partir de uma ação focalizada, do que denominam como investimento social, comprometendo-se a oferecer educação profissional aos jovens da classe trabalhadora.

O Programa é uma proposta da Fundação Iochpe, que declara ter como objetivo colaborar para a formação de jovens e crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica, com renda per capita familiar de um salário mínimo, desenvolvendo dois projetos: o Programa Formare e o Projeto Arte na Escola. A Fundação Iochpe é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que declara ser destinada a apoiar profissionais e empresas em suas ações de investimento social.

O Programa se constitui, portanto, como uma proposta de ensino profissionalizante para jovens de baixa renda, onde a Fundação promove formação dos seus alunos certificada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O curso profissionalizante ocorre dentro de empresas parceiras, que em 2021 contabilizava 44 empresas espalhadas por 13 estados brasileiros, além de 2 unidades no México. O Programa se autodenomina enquanto responsável por levar aos jovens uma educação profissional de qualidade, que de acordo com

¹ Resumo recebido em 15/02/2023. Avaliação em 01/03/2023. Aprovado em 28/03/2023. Publicado em 31/03/2023.

² UFF. E-mail: moreiralivia@id.uff.br

eles seria um encargo do setor privado, como forma de investimento social, devido a uma insuficiência do Estado.

Contudo, o Programa consistentemente demonstra que esse investimento feito na educação da classe trabalhadora se reverte em uma série de benefícios para as próprias empresas parceiras. O investimento social, dessa forma, como colocado pela própria instituição, não se emoldura enquanto uma iniciativa filantrópica, sendo consequência, como apontado no texto, de uma agenda política de diminuição do Estado no tocante aos direitos à população. Sendo assim, o texto busca compreender a partir da construção da própria Fundação e da formulação do Programa quais seriam os interesses do empresariado na educação profissional de jovens, principalmente quando essas ações se voltam, em atual contexto, mais diretamente para a educação pública.

Como material de pesquisa foram utilizados os documentos, materiais audiovisuais, textos de apresentação disponibilizados nos endereços eletrônicos da Fundação Iochpe e do Programa Formare. Ademais, foi feito contato com todas as unidades do Programa no estado de São Paulo, onde quatro empresas concordaram em colaborar respondendo a seis perguntas, que tinham como intuito compreender um pouco mais sobre a implementação do Programa na prática, como foco no contexto de pandemia enfrentado entre os anos de 2020 a 2022.

A discussão do trabalho foi realizada a partir de três capítulos: “Educação profissional e as transformações na dualidade estrutural do capitalismo recente”, “A responsabilidade social como pedagogia da hegemonia” e “Programa Formare: a sustentabilidade e responsabilidade social para o capital”. No primeiro capítulo busquei compreender como a Educação Profissional se insere hoje em um sistema educacional dualizado. A educação generalizada no Brasil é fundada em caráter dual (KUENZER, 1997), compreendendo uma educação para as elites e uma educação para a classe trabalhadora, diferenciando assim o trabalho manual e o trabalho intelectual.

A partir dos referenciais teóricos trabalhados, compreende-se que essa formulação foi desenvolvida a partir da própria divisão do trabalho na sociedade capitalista (SAVIANI, 2011). Sendo a divisão técnica do trabalho necessária à organização da sociedade capitalista, a dualização torna-se uma consequência do atual sistema econômico. A educação profissional, dentro do atual sistema produtivo, atende a demanda do empresariado de formar a classe trabalhadora voltada para um trabalho manual, com uma série de competências específicas voltadas para o sistema produtivo na contemporaneidade.

No segundo capítulo buscou-se compreender os meios pelos quais a classe dominante subordina a classe trabalhadora à exploração da sua força de trabalho dentro da sociedade capitalista. Assim, nota-se a formulação e constante manutenção da hegemonia burguesa, uma concepção de mundo que é aceita por uma grande parcela da sociedade civil (GRAMSCI, 2007). Assim, a classe dominante organiza-se por meio de instituições e intelectuais para defender sua hegemonia e uma agenda política que venha de encontro com seus interesses dentro da conjuntura estabelecida. Na atualidade, a classe dominante vem se organizando de maneira a se apropriar de pautas da própria classe trabalhadora, aderindo a um discurso de um empresariado com responsabilidade social, que propõe um capitalismo humanizado, formando sujeitos sem identidade de classe dentro de uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2010).

A partir da agenda do próprio empresariado, o Estado se isentaria da responsabilidade da garantia desses direitos. Uma vez que já é difundida dentro da hegemonia dominante a concepção do Estado enquanto ineficiente para a garantia de direitos fundamentais da população, torna-se responsabilidade da própria sociedade civil se autogerir, efetivamente difundindo a ideia de que esta teria de fato a incumbência de resolver as questões sociais ligadas à miséria e injustiça social. Uma das principais teorias difundidas que dá sustentação ao projeto hegemônico da burguesia é a Teoria do Capital Social, que defende a capacidade da sociedade civil de estabelecer laços de confiança e redes de cooperação para a produção de bens coletivos (D'Araujo, 2003). Contudo, o que o ideário hegemônico da burguesia não anuncia é que as desigualdades sociais, o desemprego e a própria dualização da educação são questões inerentes ao capitalismo, sendo impossível conciliar mercado e justiça social por ambos serem substancialmente antagônicos.

O Programa Formare fundamenta amplamente dentro dessa concepção, compreendendo enquanto indispensável a intervenção do setor privado na educação. Contudo, o Programa mostra-se continuamente articulando discursos que propõe a conciliação de classes, defendendo que com a intervenção do setor privado na educação é possível construir uma sociedade capitalista onde exista uma meritocracia efetiva. Assim, o Programa Formare em si acaba atuando enquanto uma instituição que dissemina a ideologia dominante, tendo como respaldo a Teoria do Capital Social.

O terceiro capítulo busca compreender melhor a atuação do Programa, desde sua fundação até sua atuação na atualidade. Em algumas entrevistas com as empresas parceiras é possível perceber que um dos principais benefícios do Programa para as empresas é a eficiente adesão do jovem à cultura da empresa, sendo estes de fato os laços de confiança descritos na

Teoria do Capital Social. É possível perceber a tendência do Programa Formare, ao preparar seus alunos enquanto funcionários de conformá-los ao ideário hegemônico: evitando ações sindicais, lutas por direitos, adaptando-os ao padrão flexível de trabalho. Dessa forma, é possível verificar que a lógica operada pelo Programa é de preparar o jovem e a comunidade na qual está inserido para uma lógica de confiança no Terceiro Setor, preparando-o para o trabalho sem questionar a desigualdade social que se aprofunda na medida que as políticas neoliberais são postas em prática.

O Programa também demonstra uma preocupação com a grave crise ambiental que estamos vivendo. O Programa, contudo, não dialoga sobre medidas que rompem com a raiz do problema ambiental, o capitalismo. Ao propor discussões sobre a questão ambiental o Programa propõe uma conciliação entre os interesses do capital e soluções de produção que não afetem o meio ambiente, contudo pesquisas já apontam que não é possível replicar padrão de desenvolvimento, de produção e de consumo dos países centrais nos países emergentes sem implicações ambientais (MOTTA, 2008).

Em uma análise voltada para a atuação do Programa nos últimos anos é possível perceber que a pandemia apenas acelerou um plano que já existia de digitalização. É possível perceber pelos relatórios do Programa a intenção de se articular ao 5o itinerário formativo do Novo Ensino Médio, uma vez que este currículo possibilita a flexibilização, vínculos e parcerias com agentes privados. A digitalização do Programa se constitui justamente enquanto uma estratégia para se inserir enquanto uma possibilidade de formação complementar para os jovens do 5o itinerário formativo: a Educação Profissional.

Essa medida acaba por favorecer uma institucionalização da educação instrumentalizada aplicada pelo Programa Formare, possibilitando o ideário hegemônico propagado pelo Formare se tornar parte da formação escolar das escolas públicas pelo Brasil. Essa dinâmica aprofunda a dualização estrutural, tornando cada vez mais precarizada e instrumentalizada a educação da classe trabalhadora.

Referências:

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*/Dermeval Saviani-11.ed.rev.— Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

KUENZER, A. *Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

NEVES, Maria Lucia. Direita para o social e Esquerda para o Capital: Intelectuais da nova pedagogia da Hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

MOTTA, A. ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. Trabalho, Educação e Saúde. 2008

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 2. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.